

ASSIM É SE LHE PARECE

Ele mesmo admite que se recolheu ao silêncio nos últimos dois meses e meio porque não tinha respostas para tudo que lhe pedisse ser perguntado. Na verdade, ele não estava seguro quanto ao que poderia suceder ao país desde que viu desmanchar, em janeiro, uma das promessas que o ajudaram a ganhar o segundo mandato — a de que o real jamais perderia valor expressivo diante do dólar. Muito menos em um prazo curto.

O real desabou feio. Com R\$ 1,11 comprava-se um dólar no início de janeiro. Antes do fim daquele mês, um dólar era igual a R\$ 2,15. Tão rápida e forte desvalorização pegou os brasileiros de surpresa, tor-

nou a vida deles mais cara e ameaçou fazer ressurgir com todo o gás o fantasma da inflação. Um dólar, na última sexta-feira, valia pouco mais de R\$ 1,70. Menos mal. A inflação dos últimos três meses foi bem menor do que se esperava.

Quer dizer que o pior já passou? Nem o quase sempre otimista inquilino do Palácio do Alvorada se arrisca a responder que sim. "Ganhamos uma batalha. Mas ainda temos muitas pela frente até poder respirar aliviados", observa, prudente. "Não podemos relaxar". O fato é que o país empobreceu, o governo perdeu credibilidade e a inflação só está sendo contida às custas de forte recessão. Disparou o número

de trabalhadores desempregados.

Em entrevista exclusiva ao *Correio Brasileiro*, o político com merecida fama de hábil expositor de idéias, capaz de seduzir com argumentos até alguns dos seus mais renitentes opositores, se debruça sobre uma série de temas que ocupa hoje a atenção do país — a crise da moeda, o perigo da inflação, a globalização da economia e as CPIs que deverão investigar possíveis irregularidades no Poder Judiciário e no sistema financeiro.

Ele abordou, também, temas que estão fora da agenda nacional — como reeleição e parlamentarismo. Mas que poderão nos próximos anos — quem sabe? — fazer parte dela.

ENTREVISTA
a Ricardo Noblat
Da equipe do *Correio*

Fernando Henrique Cardoso

Correio — O senhor vê com bons ou maus olhos a CPI do Judiciário?

Fernando Henrique Cardoso — Não posso ver nem com bons nem com maus olhos. A decisão é do Congresso. Havendo essa decisão, acho que o Senado deve ter maturidade para conduzir a CPI de forma apropriada. Os brasileiros se queixam muito dos serviços que a Justiça lhes presta. Acho que é hora de ver o que está errado. As vezes, o que está errado, em parte, é a lei; outras vezes, o acúmulo de trabalho; outras vezes ainda é a falta de racionalização técnica ou tecnológica. O Senado pode analisar tudo isso. A única coisa que não pode analisar é o mérito da sentença judicial.

Correio — No discurso que fez em defesa da CPI, o senador Antonio Carlos Magalhães citou a decisão de um juiz no Amazonas que aplicou multa milionária a uma empresa. Uma decisão como essa pode ser examinada pela CPI?

FHC — Se a sentença transitou em julgado, não há mais nada a fazer. Se a sentença ainda não foi objeto de apelo, pode-se apelar, mas quem tem que corrigir o problema é o Judiciário. Sentenças com valores exorbitantes são um problema grave para o Tesouro. E às vezes elas decorrem da falta de capacidade do próprio Executivo de dar aos juízes as informações que eles pedem. Mas quem tem de rever sentenças absurdas, se for o caso, é a própria Justiça.

Correio — Em vez de uma CPI, a Câmara dos Deputados optou pelo caminho de propor uma reforma do Poder Judiciário. A posição da Câmara poderá produzir menos turbulência do que a do Senado?

FHC — Certamente, dependendo de que tipo de reforma venha a ser proposto. Agora, vejo que pode haver certa conexão entre os caminhos escolhidos pela Câmara e pelo Senado. Qual é o objetivo da CPI? Se for fazer escândalo, ela se desmoralizará. Aliás, o povo cansou de CPIs que não levam a nada, que só fazem barulho. Se tiver um propósito construtivo, a CPI apontará falhas que a Câmara poderá ajudar a corrigir por meio de sua proposta de re-

Claudio Versiani



forma do Judiciário.

O que se entende por reforma no Judiciário? Muitos acham que o ponto principal da reforma deve ser o estabelecimento de algum tipo de controle externo do Poder Judiciário. É um aspecto relevante. Mas há outros. A simplificação legislativa, por exemplo. Ou a questão das liminares. Muitas vezes o juiz de primeira instância concede liminar e não julga a causa. Mas, como deu a liminar, o assunto fica praticamente resolvido. Por último, há o chamado efeito vinculante. Sou favorável a ele. Uma decisão do Supremo deve ser, dentro dos limites, codificada nas súmulas. E ter uma força tal que obrigue os juízes de primeira instância a segui-la. Existe o argumento de que o juiz perderia assim parte de sua autonomia. Temos de estudar isso.

Correio — O senhor não teme a CPI do Sistema Financeiro?

FHC — Se o Congresso decidir por ela, está decidido. Qual seria o problema de uma CPI ou essa? Se não tivesse um fato ou um conjunto de fatos a apurar. Poderia servir somente para queimar pessoas. Acho que o Senado tem maturidade para evitar isso. Não tenho interesse

vontade com a CPI do Judiciário é porque ela servirá para desviar a atenção do país da discussão em torno da crise, da perda do valor do real e da recessão...

FHC — Duas respostas. Primeira: a minha boa vontade engloba a CPI dos Bancos ou das Finanças, o que, teoricamente, poderia dar dor de cabeça ao governo. Segunda: acho que, neste momento, o governo preferiria que se falasse da economia, que está indo bem. Não tem essa história de desviar a atenção.

Correio — Alguns críticos do governo acham que sua boa

em esconder nada. Em alguns momentos, uma CPI pode fazer muito mal ao país. Como naquela ocasião do Proer, por exemplo. Quiseram utilizar o Proer para fazer exploração política. O sistema financeiro estava fragilizado e não suportaria as turbulências produzidas por uma CPI. Há ocasiões em que o governo, sendo responsável, diz que não dá. Agora é diferente. Temos que encarar tudo isso com muita tranquilidade. Não creio que o Congresso deva, a essa altura, em vez de prosseguir com as reformas do Estado, simplesmente armar um show em torno de denúncias escandalosas. Porque, no fundo, o que acontecerá com elas? Serão mandadas para apuração pelo Ministério Público. Então, às vezes é mais fácil mandá-las direto para o Ministério Público.

Correio — O Banco Central admitiu que vendeu dólar mais barato ao Banco Marka alguns dias antes de o real sofrer sua mais forte desvalorização até agora. O que o senhor achou disso?

FHC — Não sei, não fui consultado, como aliás não tinha que ser. O Banco Central, todos os dias, compra e vende várias moedas. Faz uma série de atos normais de que não chego a tomar conhecimento. É

Correio — O senhor não se preocupa com o fato de

"Não havia consciência no Brasil sobre a necessidade das reformas. (...) O país só entendeu isso quando veio a crise."

muito difícil para o funcionário que toma a decisão de compra e venda de moedas saber exatamente o que vai acontecer dois ou três dias depois. Ninguém queria desvalorizar o real na altura em que ocorreu esse episódio. Eu não queria. O que aconteceu naqueles dias não foi uma mudança de política na direção da livre flutuação da moeda, mas na direção de uma banda cambial apertada. Nós perdemos um braço-de-ferro com o mercado. É preciso deixar isso bem claro. A flutuação do real implicava o risco da volta da inflação. Lutamos dois meses contra isso e para manter o real como uma moeda de referência válida. Tivemos sorte. O dólar, que chegou a custar R\$ 2,20, já caiu para R\$ 1,72 e vai continuar sua trajetória descendente. Se for assim, não teremos quebrado o real.

Correio — Em que momento, no ano passado, o senhor se convenceu de que o real estava ameaçado?

FHC — Depois da crise da Rússia, em setembro, perdemos cerca de US\$ 20 bilhões do estoque de reservas do país. Quem tinha real foi ao Banco Central e comprou dólar. Então fiz um discurso dizendo o que acontecia e anunciando que tomara medidas duras para reequilibrar as contas do país.

Correio — Ali já se pensava na desvalorização?

FHC — Não, a idéia era manter o valor do real. A negociação que começou a ser feita com o FMI tinha esse propósito. Obtivemos US\$ 41 bilhões de ajuda. E o comunicado conjunto governo-FMI dizia que o regime cambial do Brasil era viável. Portanto, o FMI não pode dizer agora que a crise do real se deve ao fato de não termos adotado medidas para proteger a moeda com medo de perder as eleições. Quando soube da crise da Rússia, eu disse: "Vai dar confusão porque não teremos mais financiamento externo para segurar o valor do real". Tentamos conseguir isso por meio do acordo feito com o FMI. A partir daí, houve dois episódios complicados. Em novembro, depois do acordo com o FMI, baixamos a taxa de juros. Empresários, sindicatos de trabalhadores políticos, a imprensa, todo mundo

Correio — Vozes da oposição alertaram o governo durante todo o ano passado sobre a valorização excessiva do real diante do dólar...

FHC — Muitas vezes diziam isso. Algumas pregavam o câmbio livre, outras, o controle do câmbio. A oposição queria o controle de câmbio. Eu não. A discussão é sempre um pouco malposta pelo seguinte: faltaram dois pressupostos para que a política cambial anterior pudesse ir até o fim garantindo a estabilização com desenvolvimento. Um pressuposto era o ajuste fiscal. O outro, a existência de capitais abundantes e disponíveis no mundo. O capital abundante não depende de nós. O

ESTOQUE DE RESERVAS

O estoque de reservas cambiais é a quantidade de dólares que o Banco Central tem à sua disposição para honrar compromissos externos como o pagamento da dívida externa e das importações. Quando as reservas caem muito, a economia fica em risco

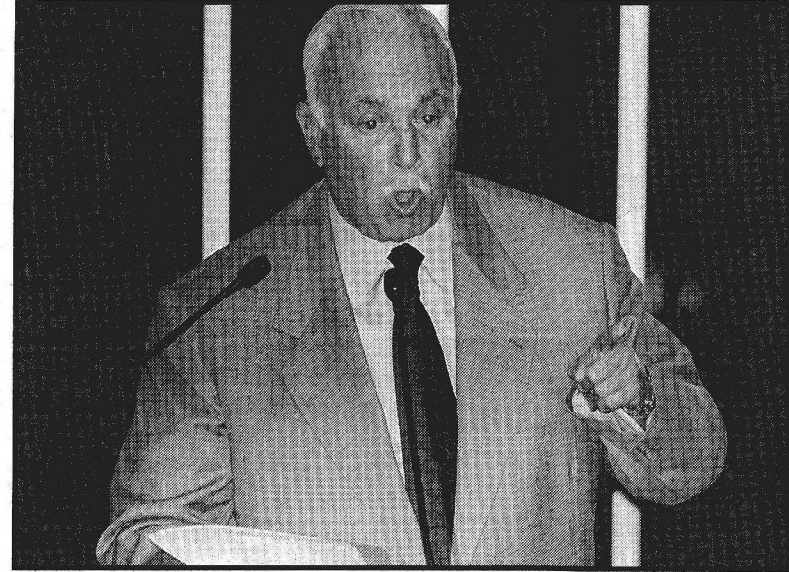
PROER

O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) foi criado em 1995. Utiliza recursos públicos para sanear bancos falidos, sem prejudicar os correntistas e evitando o efeito dominó (quebras em seqüência)

BANCO MARKA

O presidente se refere ao dia 14 de janeiro, quando o Banco Central vendeu dólares ao Marka por R\$ 1,27, preço abaixo do valor de mercado, R\$ 1,32. Em 15 de janeiro, o BC liberou as cotações da moeda norte-americana, que chegou a valer mais de R\$ 2

André Corrêa 253.99



CPI DO JUDICIÁRIO

Fernando Henrique acha que o Senado deve ter maturidade para conduzir a CPI proposta pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães (foto). "Os brasileiros se queixam muito dos serviços que a Justiça lhes presta. Acho que é hora de ver o que está errado", diz.

queria que baixássemos as taxas de juros. No dia 3 de dezembro, quando o Congresso derrubou aquela medida relativa à contribuição dos aposentados, eu disse: "Isso vai ser uma tragédia". Em si, aquilo não era muito grave. Mas lá fora soaria como sinal de que o governo perdera o interesse pelo ajuste fiscal. Que aconteceu então? Os investidores externos pegaram os reais que tinham, trocaram por dólares, bateram asas e voaram.

Correio — E o volume das reservas do país continuou baixando?
FHC — Exatamente. E eu não poderia permitir que chegasse a níveis críticos. O que me motivou a mudar a política cambial nada teve a ver com a eleição. A política anterior era boa. Mas, como mudaram as condições, foi preciso mudar a política.

Correio — Foi um erro ter baixado as taxas de juros naquele momento?

FHC — Não sei se naquele momento adiantava muito ter baixado os juros. O efeito da crise da Rússia foi muito maior do que imaginávamos.

Correio — O governo não cometeu um único erro ao longo do processo de mudança da política cambial?

FHC — Certamente. Nunca aconteceu algo que escape inteiramente de nossa responsabilidade. Pode-se dizer...

Correio — E se tivéssemos feito isto ou aquilo?

FHC — É verdade... Estou dizendo as razões pelas quais não fizemos. Não fizemos antes a desvalorização do real porque acreditávamos na política que tínhamos. Não foi por astúcia. A partir de um certo momento vimos que não dava mais. Há vezes influentes... Elas falam comigo o dia inteiro... Vozes de um lado e do outro. Por que aceitei ou não a opinião dessas vozes? Porque o julgamento é meu. Em certos momentos, o presidente da República tem que assumir a responsabilidade pelo acerto ou erro. Não tem jeito.

Correio — Vozes da oposição alertaram o governo durante todo o ano passado sobre a valorização excessiva do real diante do dólar...

FHC — Muitas vezes diziam isso. Algumas pregavam o câmbio livre, outras, o controle do câmbio. A oposição queria o controle de câmbio. Eu não. A discussão é sempre um pouco malposta pelo seguinte: faltaram dois pressupostos para que a política cambial anterior pudesse ir até o fim garantindo a estabilização com desenvolvimento. Um pressuposto era o ajuste fiscal. O outro, a existência de capitais abundantes e disponíveis no mundo. O capital abundante não depende de nós. O

PREVIDÊNCIA

Enviada ao Congresso Nacional ainda em 1995, a reforma da Previdência Social só foi aprovada nos últimos dois meses do primeiro mandato de Fernando Henrique — em novembro do ano passado. Alguns pontos, entretanto — como a adequação dos fundos de previdência dos servidores às novas regras da reforma —, precisam ser regulamentados

Lutz Prado 151.99



DESVALORIZAÇÃO DO REAL

O presidente lembra que a oposição queria o controle de câmbio. Ele, não. Para Fernando Henrique, faltaram dois pressupostos para que a política cambial fosse até o fim garantindo a estabilização com desenvolvimento: o ajuste fiscal e a existência de capitais abundantes no mundo. "Não consegui o que queria por causa da crise", ressalta.

ajuste. O Brasil precisa de duas coisas: estabilidade e crescimento. Sobre-se, hoje, que não adianta crescimento sem estabilidade nem estabilidade apenas. É um avanço cultural enorme.

Correio — O senhor se reelegeu prometendo, entre outras coisas, manter a estabilidade do real, criar novos empregos e inaugurar, antes do fim do seu mandato, um novo ciclo de desenvolvimento. Quem votou no senhor não tem razão de achar que foi traído?

FHC — Só até começar a olhar os números... Primeiro, porque não foi minha intenção fazer tudo isso que aconteceu. Traição teria sido se eu tivesse dito uma coisa com a intenção de fazer outra. Perdi uma batalha, mas estamos ganhando outras para manter a estabilidade. A estabilidade não está no valor do real diante do dólar. O problema é não ter inflação e garantir a estabilidade. No Japão, o valor do iene varia todos os dias em relação ao dólar, mas isso não afeta a estabilidade da economia. O que seria realmente danoso para o povo? A inflação.

Correio — O senhor acredita de fato que será possível criar empregos e inaugurar novo ciclo de prosperidade antes do final do seu governo?

FHC — Acredito, sim. Salvo se houver nova crise financeira mundial. O que aconteceu agora foi uma crise que veio de fora para dentro. Veja: a taxa de juros já está caindo. Não havendo inflação, ela cairá mais ainda. Com isso, haverá crescimento e novos empregos. Uma coisa nunca conseguimos evitar: o desemprego tecnológico. O emprego industrial cai no mundo todo. Mas se você medir o emprego global, acho que no próximo ano teremos condições de crescer. Tudo depende também de não afrouxarmos o ajuste fiscal.

Correio — O governo estuda medidas concretas para geração de novos empregos?

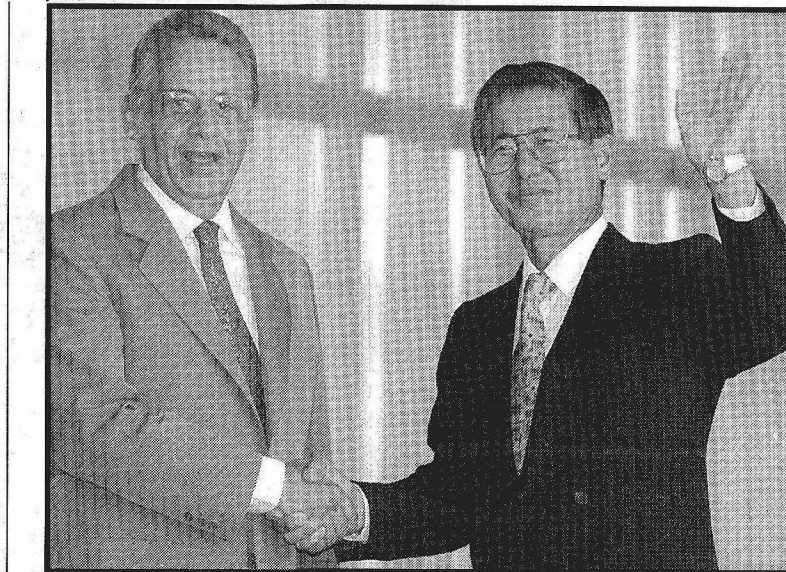
FHC — Estuda, sim. Espero ter até o fim de abril um programa de reativação da construção civil bastante forte e ambicioso.

Correio — Por que o senhor é visto por muita gente como um presidente pouco sensível aos problemas sociais?

FHC — Esse sentimento não existe no meio das camadas populares. Se existisse, eu não teria sido reeleito. Esse sentimento vem do fato de que derrotei uma oposição que gostaria de ter o monopólio do social, que verbalmente tem, que faz discurso todos os dias, que...

Correio — Mas o governo também pode fazer discurso. E muito mais que isso...

Jose Paulo Lacerda/AE 155.98



TERCEIRO MANDATO

Fernando Henrique não admite a hipótese de disputar um terceiro mandato — como aspiram os presidentes do Peru, Alberto Fujimori (foto acima), e Carlos Menem, da Argentina. "Isso está excluído. Não acho que seja bom." Também diz que não quer virar primeiro-ministro. "O presidente vai se aposentar."

aos valores... bem, os valores são outras coisas. Não me refiro a eles. Refiro-me a realidades. Eu gostaria de ver um mundo diferente, mais igualitário...

Correio — Quer dizer que não há muito o que se fazer quanto a isso?

FHC — Há, sim. Digo que há momentos em que se tem opção e em outros não. Neste momento não temos opção histórica. Temos opções individuais, de valores. Isso quer dizer que simplesmente temos de nos conformar com o que está aí? Não. Temos um sistema de produção que mudou e provocou consequências sobre o modo de vida de todo mundo e sobre o sistema de alocação de recursos. Depois que a globalização alcançou o sistema financeiro, passou a causar imensa instabilidade. É preciso que haja uma espécie de banco dos bancos centrais, um empreendedor de último recurso, que garanta a liquidez do sistema financeiro mundial.

O presidente Bill Clinton falou sobre uma nova arquitetura para o sistema financeiro internacional. Penso que ela é necessária, sim, para que haja novo equilíbrio de poder no mundo e se possa controlar a volatilidade do fluxo de capitais. Eles são capazes de destruir nações com muita rapidez. Mas isso só não basta. É preciso continuar lutando para ter acesso aos mercados. A Organização Mundial do Comércio não tem conseguido quebrar barreiras protecionistas. Sofremos restrições protecionistas industriais nos Estados Unidos e agrícolas na Europa. Isso é injusto. Portanto, diante desse figurino de economia globalizada, não assumo posição conformista. Digo que é preciso mudar, mas não temos força para mudar sozinho.

Correio — Haveria tempo, daqui para o fim do seu governo, de reunir todas essas condições?
FHC — Se andarmos depressa, por que não? Desde, naturalmente, que se impeça a reeleição do presidente atual em qualquer circunstância.

Correio — Mas o presidente atual poderia ter a chance de virar primeiro-ministro?

FHC — O presidente vai se aposentar. Ele já terá mais de 70 anos ao fim do seu mandato e lhe faltarão condições de trabalhar.

Correio — O senhor não admite, em hipótese alguma, aspirar a um terceiro mandato, como aspiram os atuais presidentes do Peru e da Argentina?

FHC — Isso está excluído. Não acho que seja bom. O exercício da presidência é pesado, cansa, requer energia... Eu as tenho. Dedicar-me com entusiasmo às coisas. De vez em quando vejo nos jornais que estou de mau humor, cansado... é tudo conversa. É raro.

Correio — O senhor já achou mais fácil governar o país?

FHC — Continuo achando. Tenho apoio do Congresso. A opinião pública varia. Neste momento, avalia mal o governo, mas daqui a pouco avaliará bem de novo. Dependendo de ter convicção, de avançar com firmeza. Então, acho que governar é uma coisa que requer energia. Dois mandatos são longo tempo. Eu não acho bom a perpetuidade de quem está no governo.

VOLATILIDADE DE CAPITALIS

É uma das características da globalização da economia: os grandes investidores movimentam o seu dinheiro rapidamente de um país para outro, conforme a conveniência do momento, prejudicando o país que perdeu esses recursos da noite para o dia